

Autor

Marcelo Antonio Conterato

Qualificação:

Licenciado em Geografia, Mestre em Desenvolvimento Rural e doutorando em Desenvolvimento Rural (PGDR) Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Endereço para Correspondência:

Rua Gonçalves Dias 227/10 Bairro Menino Deus – Porto Alegre/RS/BR, CEP: 90.130-061.

Endereço Eletrônico:

marcelo.conterato@ufrgs.br.

Área Temática

Estudos setoriais, cadeias produtivas, sistemas locais de produção

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AGRICULTURA FAMILIAR NO RIO GRANDE DO SUL: DIVERSIDADE E DIFERENCIAÇÃO EM PERSPECTIVA COMPARADA

Resumo

O objetivo deste trabalho é identificar e analisar as desigualdades regionais de desenvolvimento no Rio Grande do Sul e suas relações/implicações em relação à agricultura familiar. Os dados aqui analisados tem demonstrado uma grande diversidade de formas de articulação da agricultura familiar com as economias locais/regionais. A heterogeneidade e a diferenciação são características importantes da agricultura familiar gaúcha e se expressam de diversas formas como, por exemplo, na intensidade das trocas ou na disponibilidade de recursos produtivos, na disponibilidade de mão-de-obra e intensidade de exploração da terra. Constatou-se que os agricultores familiares da Serra Gaúcha possuem gastos (consumo intermediário) muito superiores aos agricultores familiares do Alto Uruguai, embora tenham mais capital em máquinas e equipamentos

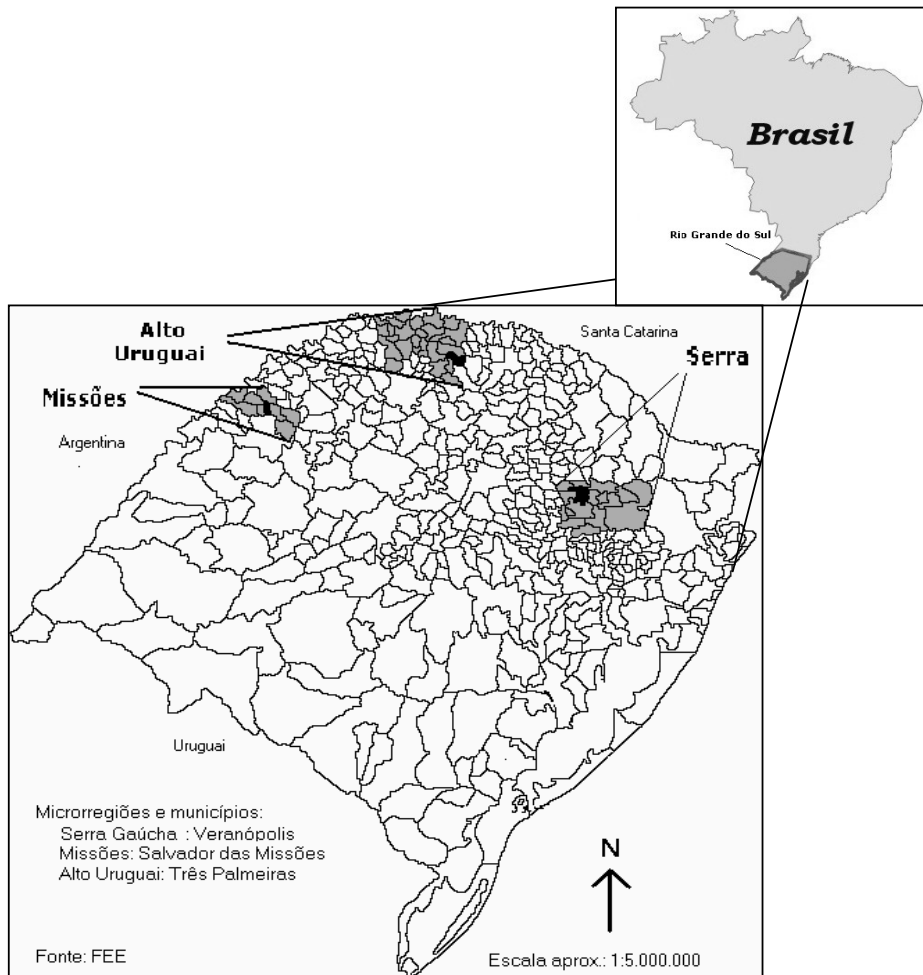
Palavras-chave: agricultura familiar, desigualdades regionais de desenvolvimento, diversidade e diferenciação.

INTRODUÇÃO

Com o propósito de avançar no estudo da diversidade da agricultura familiar e compreender melhor como se dão as suas relações com o desenvolvimento regional, apresenta-se os primeiros avanços de uma pesquisa comparativa entre três regiões (Serra, Alto Uruguai e Missões) do Rio Grande do Sul tipicamente identificadas pela presença hegemônica de estabelecimentos rurais administrados e geridos pelas próprias famílias. Trata-se de investigar os fatores e os mecanismos que estimulam ou restringem os processos de mudança social e o desenvolvimento econômico e o papel da agricultura familiar. É inegável que a literatura e os conhecimentos atuais sobre a agricultura familiar é ampla e variada em relação à sua importância econômica, social e política para o Brasil. No entanto, são escassos os estudos e as pesquisas sobre a diversidade da agricultura familiar e a compreensão das distintas trajetórias históricas que a caracterizam nas mais diferentes regiões do país. Pouco dizem sobre a diversidade “interna” da agricultura familiar em relação às suas dinâmicas territoriais e contribuições para o desenvolvimento social e econômico e os processos de mercantilização desta agricultura e do meio rural.

Invariavelmente acabam reproduzindo os mesmos dados e informações: o tamanho da agricultura familiar no Brasil.

FIGURA 1: LOCALIZAÇÃO DAS REGIÕES DE ESTUDO SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL/BRASIL.



Este trabalho está dividido em quatro partes. Na primeira parte, introduz-se as questões mais gerais que nortearam a pesquisa através da construção da problemática e esboço do quadro teórico. Na segunda parte expõe-se o quadro teórico que considera-se adequado aos propósitos aqui estabelecidos. Na terceira parte apresenta-se os universos empíricos onde está inserida a agricultura familiar das regiões e como estas se revestem de complexidade através das interfaces com a sociedade mais ampla. Na quarta seção apresenta-se alguns dados empíricos que dão conta minimamente de caracterizar a diversidade e a diferenciação da agricultura familiar numa perspectiva comparada,

privilegiando-se indicadores socioeconômicos, como aqueles ligados aos fatores terra, capital e trabalho.

1. O PROBLEMA DE PESQUISA

A compreensão do conjunto de transformações impulsionado pelos processos de mercantilização em sua natureza multifacetada, como formulado teoricamente por Van der Ploeg e interpretado por Navarro (2002) para a realidade do Sul do Brasil¹, uma visão mais abrangente do contexto e sua totalidade, para que seja possível entender as partes e as dinâmicas sub-regionais. O extenso debate em relação aos processos de modernização da agricultura obscureceu a ampla heterogeneidade social, econômica e técnico-produtiva que permaneceu e em muitas situações se fortaleceu, incrustada nos processos de mercantilização da vida social e econômica, seja em regiões onde a modernização da base tecnológica da agricultura foi intensamente incorporada, como é o caso do Alto Uruguai e das Missões seja em regiões onde a sua incorporação foi bem menos intensiva, como na Encosta Superior da Serra do Nordeste, onde se localiza a Serra Gaúcha.

Estes processos engendram dinâmicas distintas de desenvolvimento, em que vai emergir a diferenciação da agricultura, que também é tanto social como econômica. Diferenciação e diversidade devem ser analisadas como aspectos de um mesmo processo: a mercantilização da agricultura familiar. Somente assim acredita-se que seja possível descer ao nível “micro” de análise, as famílias, onde as estratégias são definidas. Metodologicamente os estudos sobre a agricultura familiar devem levar em consideração, sempre que possível, três níveis de análise. O primeiro é o nível micro (a forma social da agricultura familiar), através de suas origens, mudanças, estratégias e diferenciação. O segundo é o nível meso (a agricultura familiar e suas relações com o espaço ambiente local/regional) através de suas dinâmicas regionais/territoriais, das formas de mobilização e ação política, etc. O terceiro é o nível macro (a sociedade) onde se desenvolvem, por exemplo, os processos de acumulação, as dinâmicas desigualdades de desenvolvimento, a influência das instituições, etc.

¹ Para Navarro (2002), a mercantilização teve forte impacto sobre a agricultura familiar e adentrou intensamente nas diversas formas de sociabilidade das populações rurais, mesmo nos locais mais remotos e sob ritmos diversos. As conexões com o passado foram de diluindo com o acelerado processo de modernização da base tecnológica da agricultura, conformando novas formas de trabalho e produção.

Por isso, optou-se por uma perspectiva teórico-metodológica que considera que a “mercantilização da vida social e econômica”² não é linear e/ou evolutiva, o que acaba resultando em trajetórias e itinerários distintos de inserção nos circuitos mercantis, sendo para a agricultura de algumas regiões principalmente via mercados de produtos e serviços e para a agricultura de outras regiões via mercados de trabalho não-agrícola. Nesse debate emerge conceitos e autores sobre mercantilização (Norman Long e Van der Ploeg), estilos de agricultura (Van der Ploeg) e as dinâmicas territoriais e desiguais do desenvolvimento do capitalismo no espaço agrário (Marsden) que nos parecem adequados para o entendimento de que o desenvolvimento rural das regiões é resultado tanto das estratégias dos indivíduos como das características do ambiente social e econômica capaz de influenciar na tomada das decisões.

2. DESENVOLVIMENTO RURAL E DIVERSIFICAÇÃO

O debate sobre desenvolvimento e desenvolvimento rural é da tal forma complexo que tentar-se-á, nesta seção, apresentar apenas alguns autores que fornecem pistas importantes para estudar a agricultura familiar e suas relações com as dinâmicas de desenvolvimento nos contextos onde ela é a forma social dominante como, por exemplo, os universos empíricos deste trabalho. Van der Ploeg et al (2000), afirmam que o desenvolvimento rural deve significar a busca de um modelo alternativo para o setor agrícola emergindo, desta forma, a necessidade de pensar e reconhecer o rural como lócus para o seu desenvolvimento e não apenas como base material ou funcional de ampliação da produtividade da agropecuária. O desenvolvimento rural, ao contrário, caracteriza-se, conforme Van der Ploeg, et al (2000), em *“uma saída para as limitações e falta de perspectivas intrínsecas ao paradigma da modernização e ao acelerado aumento de escala e industrialização que ele impõe”* (2000, p. 395 – tradução livre).

A necessidade de novas interpretações sobre o desenvolvimento rural é reforçada em trabalho recente de Marsden (2003), onde o autor elabora importantes parâmetros conceituais para entender o papel e o desenvolvimento de trajetórias de diferentes áreas rurais. O autor argumenta que existem dinâmicas territoriais e desiguais do

² Navarro (2001;2002) traz importante contribuição para este debate analisando as transformações da agricultura do Sul do Brasil e como isso resultou em realidades agrárias distintas, reforçando a necessidade de um olhar mais cuidadoso para as múltiplas facetas da mercantilização em regiões de agricultura familiar dinâmicas. Os estudos de Schneider (1994;1999) também contribuem para analisar o conjunto da transformações da agricultura e do mundo rural no Rio Grande do Sul. No entanto, contrariamente a Navarro (2001;2002), a modernização da agricultura tem papel importante, mas não determinante, na mercantilização,

desenvolvimento do capitalismo no espaço agrário. De acordo com Marsden (2003), a heterogeneidade do espaço rural deve ser considerada para que se possa, através de um instrumental teórico-metodológico consistente, ter uma compreensão da natureza multifacetada das trajetórias e dinâmicas do desenvolvimento rural. Por isso, vai dizer que para entender as transformações dos espaços rurais, sua heterogeneidade e perspectivas de desenvolvimento há que se levar em conta as múltiplas dimensões das suas mudanças, numa clara aproximação a proposição de Van der Ploeg sobre a natureza multifacetada da mercantilização.

Para Marsden (2003), é a heterogeneidade das dinâmicas de desenvolvimento rural que deve ser priorizada. Esta heterogeneidade se expressa em três dinâmicas. (1) agro-industrial – essa dinâmica vincula a produção agroalimentar à dinâmica industrial, onde os agricultores necessitam estabelecer padrões mínimos de competitividade, vinculados à diminuição de custos através do uso intensivo de novas tecnologias, como os Organismos Geneticamente Modificados (OGM) que garantam o aumento das escalas de produção. Pode-se dizer que sob este regime estão os agricultores das Missões e do Alto Uruguai. (2) pós-produtivista - é uma dinâmica das regiões mais ricas da Europa, onde a produção agrícola tem pouca importância social e econômica, seja em relação à renda ou ao nível de emprego. O rural nesta perspectiva é visto como algo a ser consumido. (3) desenvolvimento rural – esta dinâmica emerge principalmente em nível local e regional, valorizando as economias de escopo, a diversidade dos modos de vida, os novos arranjos institucionais, agregação e industrialização de alimentos com qualidade, etc. Esta dinâmica assenta-se fortemente na agricultura, num estilo próprio de agricultura e sua diversidade para gerar a diversificação e o desenvolvimento rural a partir da convergência de diversos fatores, como a natureza, o trabalho, as características dos territórios, o modo de organização e o papel das instituições, etc. Sob esta perspectiva acredita-se que se pode discutir o desenvolvimento rural e a agricultura familiar da Serra Gaúcha.

O desenvolvimento rural passa ser interpretado como um conjunto de práticas que visa reduzir a vulnerabilidade dos indivíduos e famílias, reorientando as ações para uma menor dependência dos agricultores em relação aos agentes externos capaz de resultar em uma maior autonomia nos processos decisórios e no fortalecimento do leque (*portfólio*) de ações e estratégias.

onde a transição de uma agricultura colonial para uma agricultura familiar possui raízes mais profundas e historicamente.

3. CARACTERIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E DA DIVERSIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR NO RIO GRANDE DO SUL

O estudo INCRA/FAO (2000) contabilizou para o Brasil, um total de 4,8 milhões de estabelecimentos, sendo mais de 4,1 milhões de caráter familiar. A importância do universo familiar foi além da numérica, 85,2% do total de estabelecimentos para o Brasil e 90% para o Rio Grande do Sul. Demonstrou que 37,9% do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP), 25,3% do total de recursos de crédito e financiamento e 30,5% da área abrangida dizem respeito ao universo familiar da agricultura familiar brasileira. Em relação à agricultura familiar gaúcha, esta produz 57,7% do Valor Bruto da Produção e ocupa 40,9% da área total. Estudo publicado recentemente revela dados importantes sobre a importância da agricultura familiar para o Brasil e para o Rio Grande do Sul (GUILHOTO, J. M. et al, 2005). De acordo com o estudo, o segmento familiar da agropecuária brasileira e as cadeias produtivas a ela interligadas responderam, em 2003, por 10,1% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e, em média, 23,5% para o Rio Grande do Sul no período 1995 a 2003, mais de 2,5 vezes superior a da média nacional, que foi de 9,3%.

Existem alguns estudos que demonstraram a ocorrência de uma dinâmica desigual da agricultura do Rio Grande do Sul. O mais pioneiro dos trabalhos, pois anteriormente não haviam sido produzidos trabalhos com este propósito e rigor, foi *25 Anos de Economia Gaúcha*, publicado pela FEE em 1982. No Volume 3, intitulado *A Agricultura do Rio Grande do Sul*, FEE (1982) aponta a existência de três segmentos produtivos ou formas de produção na agricultura gaúcha: a lavoura empresarial, a pecuária tradicional e a agropecuária colonial. No entanto, este estudo foi realizado com o objetivo de visualizar, única e exclusivamente, o lado funcional da agricultura gaúcha (o tamanho da agricultura) e o comportamento destes segmentos produtivos à luz dos processos e padrões de acumulação de capital no Rio Grande do Sul. Pouco avançou em relação ao que denominaram agricultura colonial.

Há trabalhos mais recentes (Schneider & Waquil, 2001; Kageyama, 2005) que também apresentam, cada um à sua maneira, como a agricultura contribui para o desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul e sua diversidade empírica. São estudos que, de modo geral, tratam da agricultura do Rio Grande do Sul, ainda que traçando algum grau de distinção entre as regiões, mas não se referem, exclusivamente, sobre a agricultura familiar.

A região Nordeste, constituída pelo eixo Porto Alegre – Caxias do Sul e algumas áreas no seu entorno é, certamente, a região mais industrializada e urbanizada do Estado do

Rio Grande do Sul. Apresenta uma agricultura onde predominam as pequenas propriedades familiares. Contrariamente à região Nordeste, a região Norte é fundamentalmente agrária, mas também possui sua estrutura econômica fortemente influenciada pela imigração de europeus e de descendentes dos agricultores de origem européia das áreas coloniais mais antigas.

Estas regiões apresentam grande heterogeneidade social e econômica. Ainda que uma agricultura inicialmente muito diversificada, como foi o caso do Alto Uruguai e das Missões tendeu a ceder, paulatinamente, em muitas áreas, espaço para as lavouras mecanizadas do trigo e da soja. Alguns municípios dessa região conseguiram, com o passar do tempo, sediar algum crescimento industrial diretamente vinculado à produção primária, tais como o processamento de produtos agrícolas locais e a produção de insumos e implementos para a lavoura (Alonso & Bandeira, 1994).

Os universos empíricos investigados revestem-se, portanto, de grande diversidade. A microrregião de Caxias do Sul, que se insere na Serra Gaúcha, tendo Veranópolis como município de referência é, dentre as três, a mais dinâmica do ponto de vista socioeconômico, não somente pelo alto nível de desenvolvimento humano mas, sobretudo, pela densidade das atividades econômicas. Há uma produção diversificada de frutas, como a uva, pêssego, laranja, bergamota. A região apresenta uma produção animal também diversificada, como gado de leite, aves e suínos. Apresenta um parque industrial extremamente diversificado, formado principalmente de pequenas e médias empresas que, intensamente apoiadas no uso da força de trabalho residente nas áreas rurais, é um forte impulsionador do desenvolvimento rural da região. Não obstante, a região apresenta, em comparação às demais, as piores condições agronômicas dos solos (declividade, pedregosidade, etc).

A microrregião de Frederico Westphalen, que tem Três Palmeiras como município representativo, insere-se geograficamente na região conhecida como Alto Uruguai, fronteira com Santa Catarina. Trata-se de uma das mais deprimidas zonas da geografia social e econômica gaúcha. A agricultura da região sofreu transformações profundas introduzidas pela modernização tecnológica, sendo uma de suas marcas a consolidação do binômio trigo-soja. Os solos desta região não apresentam bom potencial agrônomo, o que não impediu a introdução de culturas exigentes em escalas, fortalecendo a especialização dos sistemas de cultivo, fazendo do Alto Uruguai uma região tributária do desempenho das grandes culturas.

A microrregião de Cerro Largo, localizada região das Missões, que tem por Salvador das Missões o município de referência possui, da mesma forma que as demais regiões, uma agricultura que passou por diversas fases e intensas transformações. Dentre elas destaca-se a introdução da suinocultura, base econômica da agricultura familiar e da própria região principalmente até os anos 1980. A partir da década de 1960 a ênfase na mecanização agrícola e quimificação dos processos produtivos via expansão da exploração comercial de cereais impôs a agricultura regional sua inserção nos mercados mundiais de *commodities*, como também ocorreu no Alto Uruguai. A vocação natural de solos possibilitou ampla mecanização das áreas de cultivo, sendo que as atividades agropecuárias representam, como produção de soja, milho e leite, ao lado dos processos de agroindustrialização, a base econômica da região.

3.1 CARACTERIZANDO A DIVERSIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR NO RIO GRANDE DO SUL: AS MÚLTIPLAS TRAJETÓRIAS E SUAS REPERCUSSÕES TERRITORIAIS

Schneider (1994;1999) destaca que na região da Serra Gaúcha os processos de *industrialização difusa*³, a consolidação de mercados de trabalho não-agrícolas e a agregação de valor à produção primária estruturaram-se como oportunidades para a consolidação de uma agricultura familiar e de um desenvolvimento rural dinâmico. Kageyama (2005) afirma que nesta região do Estado encontra-se a “produção familiar próspera”, apesar dos menores tamanhos médios de propriedade (20,2 hectares). Apresenta a máxima renda (R\$ 274,0 renda domiciliar *per capita* – relativa à setembro de 2000), a menor proporção de residentes no meio rural ocupados em atividades agrícolas (63,0%) e mínima pobreza em comparação com as demais regiões, além de alta escolaridade, menor desigualdade de renda e alta densidade demográfica. Trata-se da região que apresenta os melhores indicadores de desenvolvimento rural do estado, com produção agropecuária diversificada, fortalecendo as agroindústrias. Nessa região, pode-se identificar uma trajetória do desenvolvimento rural que, além de favorecer o crescimento econômico, traduziu-se também em melhoria das condições sociais.

Nas demais regiões estes processos foram bem menos evidentes ou mesmo não ocorreram, como é o caso do Alto Uruguai, em comparação com a Serra, pois os agricultores familiares inseriram-se, graças à soja, no mercado internacional como

³ Sobre industrialização difusa ver, entre outros, os trabalhos de Reis (1988;1992) e aqueles reunidos pela Revista Ensaio FEE (1993).

fornecedores de matéria-prima, ou seja, produtores simples de mercadorias. Acredita-se, no entanto, que há nas Missões um histórico de agroindustrialização que a distingue do Alto Uruguai e seja uma dimensão importante para explicar a sua diferenciação. Nestas regiões, se concentra a “produção familiar de soja e trigo”, concentrado quase 90% da produção de soja e de trigo do Estado, mas também destaca-se a suinocultura (60% do rebanho do estado) e a produção de fumo (48% do total produzido no estado). Nestas regiões encontra-se a máxima proporção de população rural ocupada na agricultura (82,3%), máxima proporção de pobres (14,0%) e renda média mínima (R\$ 170,9 renda domiciliar *per capita*) e 44,0% da população rural do estado. Nestas regiões o núcleo do desenvolvimento rural está vinculado às atividades agrícolas.

O trabalho de Waquil & Schneider (2001), com base em indicadores econômicos, sociais, demográficos e produtivos, apresenta resultados muito próximos de do Kageyama (2005), classificando a imensa maioria dos municípios localizados no norte do estado de “pequenos, pobres e predominantemente rurais”. Este grupo de municípios tem como características principais os aspectos relacionados à ruralidade e à pobreza. Suas características importantes são a alta proporção da população rural em relação à população total, pois em média 61,7% da população reside nas áreas rurais, e a presença hegemônica de estabelecimentos de pequeno tamanho, em média 28,5 hectares, sendo que mais de 90% das propriedades têm menos de 50 hectares. Apresentam baixa produtividade da mão-de-obra ocupada, com um VBP por pessoa ocupada de R\$ 3.751,96, inferior à média do Estado, e uma produtividade da terra que chega a R\$ 480,97. O VBP médio por estabelecimento agrícola (R\$ 12.353,83) também é o mais baixo na comparação entre os demais grupos de municípios. Percentual considerável dos estabelecimentos (63,3%) realizam práticas conservacionistas e contraem financiamentos (27,3%).

Já a maioria dos municípios localizados na Serra foram classificados como “pequenos, desenvolvidos e relativamente rurais”. Este municípios possuem a área média dos estabelecimentos agrícolas, que é de 17,4 hectares, mais baixa de todo o Estado. Nestes grupo de municípios 75,52% dos estabelecimentos tem até 20 hectares e 95,87% até 50 hectares. No entanto, o que poderia ser interpretado como um paradoxo – o tamanho reduzido dos estabelecimentos – não é, pois é justamente neste grupo apresenta uma produtividade da terra que chega a R\$ 935,51. A produtividade da força de trabalho, que é de R\$ 4.782,41 e a renda dos estabelecimentos rurais de R\$ 14.804,63 são ligeiramente superiores em comparação com os municípios classificados como “pequenos, pobres e predominantemene rurais”. Apenas 9,25% dos estabelecimentos recebem financiamentos.

Praticamente 50,0% da população dos municípios que formam este grupo reside em áreas rurais. Os estabelecimentos dos municípios deste grupo são dotados de boa infraestrutura.

Não obstante, para Waquil e Schneider (2001), são equivocadas as análises que sustentam que o processo de empobrecimento da população rural no Rio Grande do Sul está associado unicamente à disponibilidade de fatores de produção por parte dos agricultores, particularmente o tamanho da área agrícola e o acesso a tecnologias, citando como exemplo a agricultura familiar e o desenvolvimento rural da Serra, onde apesar da pequena área dos estabelecimentos rurais e a restrita capacidade de uso dos solos apresentam elevados indicadores de renda e de produtividade da terra e trabalho.

Desta breve síntese dos trabalhos passa-se a caracterização das regiões e dos municípios representativos. Quanto à estrutura fundiária (Tabela 1), observa-se a presença hegemônica de pequenas propriedades em todas as regiões e municípios, o que não impede que haja concentração por estrato de área, decorrência de fatores como ocupação e partilha ao longo das gerações, dos sistemas de cultivo e criações, da qualidade dos solos, entre outros.

Tabela 1: Área média (ha) e total por estratos de área dos estabelecimentos das microrregiões⁴ e municípios (%), período 1995/96.

<i>Microrregiões e municípios</i>	Área média (ha)	Até 10 ha		10 a 20 ha		20 a 50 ha		50 a 100 ha		+ 100 ha	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<i>Caxias do sul</i>	21,0	5.416	33,2	5.279	32,3	4.613	29,8	749	4,6	260	1,6
<i>Veranópolis</i>	23,2	148	21,7	201	29,4	287	42,0	44	6,4	3	0,4
<i>Frederico Westphalen</i>	16,5	11.279	44,3	9.044	35,5	4.312	16,9	566	2,2	237	0,9
<i>Três Palmeiras</i>	19,6	316	42,7	273	36,9	104	14,1	31	4,2	16	2,2
<i>Cerro Largo</i>	16,6	5.132	43,5	3.819	32,4	2.371	20,1	306	2,6	91	0,8
<i>Salvador das Missões</i>	14,1	224	36,8	251	41,3	125	20,6	8	1,3	0	0,0

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96.

Nas regiões de colonização mais antiga, como é o caso da Serra Gaúcha, os lotes adquiridos pelos colonos variavam, dependendo da época e da qualidade das terras, entre 25 e 50 hectares. Já nas regiões de colonização mais recente, como no Alto Uruguai e nas Missões, os lotes, em sua maioria, não ultrapassavam os 25 hectares, sendo comum a aquisição da “meia-colônia”, em torno de 12 hectares (Roche, 1969).

Em relação aos usos agrícolas da terra (Tabela 2) há diferenças entre as

⁴ Nas tabelas utiliza-se a denominação das microrregiões utilizadas pelo IBGE. No entanto, em alguns momentos da redação do texto usamos denominações de uso comum como Serra Gaúcha em referência à microrregião de Caxias do Sul, Alto Uruguai quando a referência for a microrregião de Frederico Westphalen e Missões quando a referência for a microrregião de Cerro Largo.

microrregiões, principalmente entre a microrregião de Caxias do Sul em relação à Frederico Westphalen e Cerro Largo onde se observa predominantemente de lavouras temporárias - soja, milho e trigo -, bem como a área de pastagens plantadas, associando-se à atividade leiteira. Na microrregião de Caxias do Sul a cobertura com pastagens plantadas se destaca, seguido pela cobertura de matas naturais e plantadas e lavouras permanentes, haja vista a produção de frutas. Segundo dados do Censo Agropecuário 1995/96 enquanto a produção animal representava na microrregião de Caxias do Sul e no município de Veranópolis, respectivamente, 57,3% e 72,1% do Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuária. Nas microrregiões de Frederico Westphalen e Cerro Largo a produção vegetal predomina sobre a animal, representando, respectivamente para as microrregiões, 67,9% e 58,2%. Já para os municípios de Três Palmeiras e Salvador das Missões estes percentuais são, respectivamente, de 65,3% e 57,7%.

Tabela 2: Área agrícola total (ha) e usos agrícolas da terra (% sobre área agrícola total) das microrregiões e municípios, período 1995/96.

<i>Microrregião e municípios</i>	Área total	Lavouras Perm.	Lav. temp e em descanso	Past. Plant.	Past. Nat.	Matas (Nat.e plant.)	Terras Inap.
<i>Caxias do Sul</i>	342.891	11,1	16,1	32,1	3,7	20,9	5,3
<i>Veranópolis</i>	15.836	9,2	15,5	28,2	1,3	29,4	5,4
<i>Frederico Westphalen</i>	420.225	1,9	59,5	14,0	2,3	14,1	1,3
<i>Três Palmeiras</i>	14.579	0,3	67,6	10,6	4,9	10,8	0,8
<i>Cerro Largo</i>	196.034	0,9	55,2	23,4	3,2	11,0	1,3
<i>Salvador das Missões</i>	8.579	0,8	68,7	12,3	1,7	11,1	1,8

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96.

Merece destaque também a importância distinta que adquire a mais importante política pública voltada aos agricultores familiares atualmente, o Pronaf. No entanto, observam-se diferenças que vão do número de contratos aos seus valores médios individuais.

Tabela 3: Número de contratos e montantes do Pronaf Crédito de Custeio e Investimento nas microrregiões e municípios, ano 2001 e 2002.

<i>Microrregião e município</i>	2001			2002		
	Contratos	Montante total (R\$)	Valor Médio dos contratos	Contratos	Montante total (R\$)	Valor Médio dos contratos
<i>Caxias do Sul</i>	3.988	17.718.703	4.443	3.975	20.058.194	5.046
<i>Veranópolis</i>	187	767.190	4.102	197	859.682	4.363
<i>Frederico Westphalen</i>	21.357	28.195.638	1.320	24.373	40.824.250	1.674
<i>Três Palmeiras</i>	455	780.476	1.715	435	1.522.286	3.499
<i>Cerro Largo</i>	7.741	10.018.802	1.294	8.369	13.577.358	1.622
<i>Salvador das Missões</i>	308	436.462	1.417	346	546.080	1.578

Fonte: BACEN (Somente Exigibilidade Bancária), BANCOOB, BANSICREDI, BASA, BB, BN E BNDES.

Destaca-se a notória abrangência do Pronaf junto aos agricultores do Alto Uruguai e nas Missões e a baixa capilaridade na Serra Gaúcha, o que indica que os agricultores conseguem se auto-financiar. Isso foi evidenciado quando das visitas à campo no município de Veranópolis, onde os agricultores não acessavam tais recursos em função dos baixos valores disponibilizados ou mesmo eram desnecessários, enquanto nas Missões e, principalmente, no Alto Uruguai, os agricultores são extremamente dependentes desta fonte de crédito e financiamento.

Em relação à dinâmica populacional, os dados apresentados pelos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000 demonstram que a evolução populacional⁵ total apresentou, comparativamente, dinâmicas distintas. Enquanto a microrregião de Caxias do Sul apresentou um aumento da sua população total bastante expressivo, a microrregião de Cerro Largo um incremento menor comparando-se os anos 2000 e 1970, ao passo que a microrregião de Frederico Westphalen apresentou uma redução nada desprezível da sua população total para o mesmo período. Em relação à população rural em todas as microrregiões houve redução, destacando-se a microrregião de Frederico Westphalen.

Em todas as microrregiões a população rural cai, mas na de Caxias do Sul percebe-se uma redução menos significativa em relação às demais, particularmente a partir dos anos 1980. Neste sentido, cabe destacar que os movimentos demográficos revelam-se como importantes indicadores para a compreensão das mutações do tecido social, econômico e produtivo de uma determinada formação social e das economias locais/regionais.

Assim, observando-se as pessoas ocupadas por grupo de ocupação (Tabela 4) pode-se constatar que as ocupações diretamente ligadas às atividades agropecuárias, florestais, caça e pesca absorvem menos de 12% da mão-de-obra na microrregião de Caxias do Sul e no município de Veranópolis, destacando-se a mão-de-obra ocupada na produção de bens e serviços industriais. Essa condição de atividade das pessoas se inverte nas demais regiões e municípios, com amplo destaque para a ocupação em atividades agropecuárias, florestais, caça e pesca, reforçando o que apontaram Waquil e Schneider (2001) e Kageyama (2005) sobre os determinantes do desenvolvimento rural nas regiões do Rio Grande do Sul.

⁵ De acordo com Bandeira (2003) a região Nordeste do Rio Grande do Sul foi a única que apresentou, em comparação com as regiões Norte e Sul do estado, saldos migratórios positivos entre 1991/1996. Para o autor, há um vínculo entre o padrão espacialmente concentrado de crescimento da indústria gaúcha e os fluxos migratórios internos. Na medida em que a geração de novos empregos, diretos e indiretos, oriundos do crescimento industrial, foi centralizada em uma parcela do território do Estado, tenderam a intensificar-se os movimentos migratórios em direção a essa área mais dinâmica (p.541).

Retomando o trabalho de Kageyama (2005), parece haver uma associação, de um lado, entre diversificação da economia e agricultura familiar próspera (região da Serra Gaúcha) e, de outro, entre máxima proporção de pessoas ocupadas na agricultura, máxima proporção de pobres e renda mínima e produção familiar de soja e trigo, (região das Missões e Alto Uruguai), economias menos diversificadas e altamente dependentes da performance das *commodities* agropecuárias. As possibilidades das economias regionais em absorver a mão-de-obra gerada localmente indicam um dinamismo que se expressa de maneira diferenciada entre as três regiões.

Tabela 4: Pessoas de 10 anos ou mais de idade (%), ocupadas por grandes grupos de ocupação no trabalho principal nas microrregiões e municípios, ano 2000.

<i>Microrregião e município</i>	Poder públ. gerentes, técn. nível médio	Serv. adm.	Serviço, comércio, lojas e mercados	Agrop. Flor., caça, pesca	Prod. de bens serviços ind.	Policiais, militare, ativ. não espec.
<i>Caxias do Sul</i>	19,8	8,6	19,8	11,9	36,3	3,6
<i>Veranópolis</i>	15,2	8,2	21,3	11,8	38,9	4,6
<i>Frederico Westphalen</i>	9,6	2,8	14,4	57,8	13,2	2,2
<i>Três Palmeiras</i>	7,2	2,3	17,3	64,7	7,2	1,4
<i>Cerro Largo</i>	8,7	3,3	16,6	55,5	13,2	2,8
<i>Salvador das Missões</i>	5,6	3,0	17,1	59,9	10,5	3,9

Fonte: Censo Demográfico 2000.

Grosso modo, pode-se fazer uma associação entre as microrregiões que possuem uma economia pouco ou menos diversificada (como as de Frederico Westphalen e Cerro Largo), uso agrícola do solo concentrado em poucos cultivos, mesmo com preponderância das pequenas propriedades, com indicadores de desenvolvimento. De acordo com dados publicados pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), no ano de 2002 a agropecuária representava 10,9% do Valor Agregado Bruto (VAB) por setor de economia para a microrregião de Caxias do Sul, 47,8% para a microrregião de Frederico Westphalen e 42,0% para a microrregião de Cerro Largo. Por sua vez, a participação da indústria era 52,1%, 10,1% e 17,8%, respectivamente.

Concomitantemente, parece haver um paralelo com o percentual de pessoas ocupadas em atividades de produção de bens e serviços industriais com o número de micro e pequenas empresas existentes. De acordo com o IBGE, na microrregião de Caxias do Sul e município de Veranópolis onde mais de 1/3 das pessoas estão ocupadas em atividades industriais, há uma micro ou pequena empresa para cada 18 e 16 habitantes⁶,

⁶ De acordo com Veiga (2005), este é um dos principais “indicadores” de desenvolvimento de uma região, pois expressa a capacidade empreendedora e o ambiente institucional favorável à inovação tecnológica. O

respectivamente. Para as demais microrregiões e municípios esta relação é de mais de 30 habitantes para cada micro ou pequena empresa.

Esse ambiente diversificado de trocas entre as unidades de produção familiar e as economias regionais também se vincula aos processos de mercantilização ali engendrados, respeitando os determinantes históricos de sua constituição e consolidação, onde os estilos de agricultura e dinâmicas territorializadas de desenvolvimento rural se configuram. Enquanto nas regiões das Missões e no Alto Uruguai a agricultura diversificada cedeu espaço, em muitas áreas, para as lavouras mecanizadas de trigo e soja, mesmo que com variações importantes, a Serra Gaúcha e mesmo as áreas no seu entorno assistiu, já a partir do início do século XX, a instalação de um parque industrial diversificado que foi tomando o lugar da agricultura, onde esta passou a ter outras atribuições além da produção de alimentos, e assumiu papel hegemônico como base da economia local e regional.

Tabela 5: Idese⁷ por blocos e agregado (2002), PIB *per capita* (2003) a partir dos Coredes, dos municípios a serem investigados e do Rio Grande do Sul.

Estado, Coredes e Municípios	Educação	Renda	Condições de domicílio e saneamento	Saúde	IDESE	PIB <i>per capita</i> *
Estado	0,834	0,757	0,562	0,853	0,751	12.071
<i>Serra</i>	0,854	0,793	0,685	0,864	0,799	17.656
Veranópolis	0,859	0,760	0,635	0,886	0,785	20.776
<i>Médio Alto Uruguai</i>	0,801	0,638	0,298	0,883	0,655	8.844
Três Palmeiras	0,799	0,652	0,053	0,888	0,598	11.016
<i>Missões</i>	0,844	0,688	0,505	0,871	0,727	11.287
Salvador das Missões	0,898	0,712	0,540	0,893	0,761	20.297

Fonte: Fundação de Economia e Estatística (FEE). Acesso pelo site www.fee.tche.br em 20/11/2005. * Referente ao ano de 2003.

Portanto, as diferenças não se explicam por uma região ser “mais industrializada” ou “mais agrícola” em relação à outra. Há outros aspectos a serem considerados como, educação, saneamento e saúde (Tabelas 5), ambiente institucional. O importante é reconstituir as trajetórias regionais e identificar porque foram cunhadas tais diferenças e quais suas implicações para as dinâmicas de desenvolvimento. Quando este é apresentado no formato de um índice (Tabela 5) há uma maior facilidade na compreensão da sua

IBGE contabilizou em 1998 aproximadamente 30 mil micro e pequenas empresas na microrregião de Caxias do Sul, contra apenas 4,5 mil na microrregião de Frederico Westphalen e 2 mil na microrregião de Cerro Largo. Em veranópolis haviam, neste mesmo ano mais de mil pequenas e microempresas, contra 117 em Três Palmeiras e 56 em Salvador das Missões.

⁷ O Índice de Desenvolvimento Econômico (Idese) é um índice sintético desenvolvido pela FEE que abrange um conjunto de indicadores sociais e econômicos – saúde, domicílio e saneamento, educação e renda - com o objetivo de mensurar o grau de desenvolvimento das regiões e dos municípios gaúchos.

representação. Observa-se que as principais diferenças estão na dimensão econômica (renda), educação e saneamento, com semelhança na dimensão saúde. O fundamental agora é trazer algumas evidências empíricas que retrate as condições objetivas de reprodução social dos agricultores familiares e como estas condições se revestem de diversidade e complexidade em nível regional.

4. DIVERSIDADE E DIFERENCIAÇÃO EM PERSPECTIVA COMPARADA: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

Diante da inegável importância econômica e social da agricultura familiar na estrutura agrária do Brasil, e ainda mais no Rio Grande do Sul, apesar das diferenças regionais, vale a pena uma análise pormenorizada acerca das suas semelhanças e diferenças entre microrregiões a partir do reconhecimento de que há distintas dinâmicas territoriais de desenvolvimento da agricultura de base familiar. Os dados a seguir apresentados foram obtidos mediante uma pesquisa realizada no período 2002/2003 em três regiões distintas do Rio Grande do Sul, conforme indicadas e destacadas na figura 1 abaixo. A escolha das regiões e dos municípios procurou respeitar a diversidade de dinâmicas da agricultura familiar existentes neste Estado.

Observa-se a predominância de propriedades com até 30 hectares. Nos três municípios representativos de cada uma das microrregiões predominam as propriedades entre 10,1 e 20 hectares. Vale destacar o percentual relativamente elevado de propriedades com mais de 50 hectares no município de Três Palmeiras (15,3%) em comparação com os demais, que representam 6,8% em Veranópolis e 6,9% em Salvador das Missões.

Tabela 06: Estratos de área (ha) das unidades familiares nos municípios de Veranópolis, Três Palmeiras e Salvador das Missões (%).

Estratos de área e área média (ha)	Veranópolis	Três Palmeiras	Salvador das Missões
0 a 10	13,6	23,7	17,3
10,01 a 20	28,8	47,4	44,8
20,01 a 30	28,8	10,2	22,4
30,01 a 50	22,0	3,4	8,6
> 50,01	6,8	15,3	6,9
Total	100	100	100

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/UFRGS/UFPel-2003

Os dados da Tabela 06 vão ao encontro dos dados da Tabela 01, comprovando a capilaridade das unidades familiares de produção e sua concentração nos estratos

inferiores. Da caracterização da estrutura fundiária emerge um aspecto importante que diz respeito diretamente às dinâmicas territoriais da agricultura familiar e do desenvolvimento rural que é a Superfície Agrícola Útil⁸ (SAU) em cada um dos municípios. Constatou-se que a SAU média dos municípios de Salvador das Missões (16,5 ha) e, principalmente, Três Palmeiras (19,1 ha) é muito próxima da área média total dos estabelecimentos destes municípios, 20,7 hectares e 22,4 hectares, respectivamente. Isso indica que nestes municípios os agricultores familiares se vêm impelidos, em função dos sistemas de cultivo exigentes em escala de produção, a explorar quase a totalidade da área das propriedades. A área média total do município de Veranópolis é de 24,4 hectares e a SAU de 14,2 hectares.

Tabela 07: Estratos de Superfície Agrícola Útil (SAU) das unidades familiares nos municípios de Veranópolis, Três Palmeiras e Salvador das Missões (%).

Média e estratos de SAU (ha)	Veranópolis	Três Palmeiras	Salvador das Missões
0 a 10	37,3	39,0	34,5
10,1 a 20	44,1	35,6	41,4
20,1 a 30	10,2	8,5	12,1
30,1 a 50	8,5	5,1	8,6
> 50,1	-	11,9	3,4
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/UFRGS/UFPel-2003.

As diferenças entre a área média total e as superfícies exploradas pelos agricultores dos municípios são importantes indicadores dos sistemas de cultivo desenvolvidos. Enquanto no município de Veranópolis os estabelecimentos com mais de 30 hectares representavam 28,8% do total, os que apresentam SAU a 30 hectares representam apenas 8,5% do total, nos demais municípios o percentual de estabelecimentos com área total e SAU superior a 30 é quase equivalente. Essa constatação permite retomar os dados da Tabela 02, onde observa-se que a área coberta com matas, sejam naturais ou plantadas, representa 20,9% e 29,4% da superfície total dos estabelecimentos para a microrregião de Caxias do Sul e para o município de Veranópolis, respectivamente. Para as demais microrregiões e municípios os percentuais são pouco superiores a 10%. Enquanto na Serra Gaúcha os agricultores desenvolvem sistemas de cultivo intensivos em mão-de-obra e uso

⁸ A superfície agrícola útil (SAU corresponde à área (em hectares) do estabelecimento agrícola efetivamente explorada com atividades agrícolas, ou seja, a Superfície Total (ST) da unidade de produção agrícola menos as áreas improdutivas ou que não estejam sendo exploradas do ponto de vista agrícola).

da terra, os agricultores do Alto Uruguai e das Missões desenvolvem sistemas de cultivo pouco intensivos em mão-de-obra e uso da terra.

As diferenças apontadas nas Tabelas 06 e 07 poderiam nos levar a concluir que no município de Veranópolis a agricultura familiar, por explorar uma superfície menor seria um indicativo de famílias menores, com menos membros. No entanto, isso não é verdadeiro. A Tabela 08 demonstra que é justamente neste município que se encontram as famílias com a maior média de membros (4,59). Além disso, nos estratos superiores (mais de 5 membros) concentra-se 45,9% das famílias, enquanto que nos demais municípios, respeitando este corte, os percentuais são de 38% para Salvador das Missões e 40,7% para Três Palmeiras que apresenta ainda 20,3% das famílias com no máximo dois membros.

Tabela 08: Número de pessoas residentes das unidades familiares nos municípios de Veranópolis, Três Palmeiras e Salvador das Missões (%).

Média e número de pessoas	Veranópolis	Três Palmeiras	Salvador das Missões
1 e 2	11,9	20,3	15,5
3 e 4	42,4	39,0	46,6
5 e 6	33,9	39,0	27,6
Mais de 7	12,0	1,7	10,4
Número médio de pessoas	4,59	4,02	4,45

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/UFRGS/UFPel-2003.

Além dos aspectos fundiários e demográficos, outro importante indicador da dinâmica da agricultura familiar regional refere-se à inserção nos mercados de produtos e serviços agropecuários por parte dos agricultores, a principal faceta da mercantilização da agricultura regional.

Tabela 09: Consumo Intermediário – CI - (R\$) das unidades familiares nos municípios de Veranópolis, Três Palmeiras e Salvador das Missões (%).

Estratos (R\$)	VERANÓPOLIS	Três Palmeiras	Salvador das Missões
Até 5 mil	47,5	59,3	34,5
5.001 a 10 mil	37,3	10,2	34,5
10.001 a 15 mil	11,9	8,5	15,5
15.001 a 20 mil	3,4	3,4	6,9
Mais de 20 mil	0,0	18,6	8,6
Total	100,00	100,0	100,0
CI médio (R\$)	5.917,18	9.728,46	10.740,32

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/UFRGS/UFPel-2003.

No que tange ao Consumo Intermediário⁹ (CI), uma constatação importante é que todos os estabelecimentos encontram-se, de alguma maneira, inseridos nos circuitos mercantis, através da absorção de algum tipo de insumo ou produto, demonstrando que não se tratam de agricultores que vivem em regime de economia autárquica. A Tabela 09 indica que os agricultores familiares de Salvador das Missões apresentam o maior CI médio (R\$ 10.740,32). No entanto, é em Três Palmeiras onde observa-se o maior percentual de agricultores nos estratos superiores de CI.

Talvez a observação mais importante deve-se ao fato de que os agricultores familiares de Veranópolis tem um gasto significativamente inferior em relação aos demais agricultores dos demais municípios nas atividades produtivas através da aquisição de insumos e serviços adquiridos de outros agentes econômicos. Trata-se de uma agricultura familiar menos dependente dos agentes externos e, portanto, menos vulnerável aos choques e imperfeições dos mercados. No entanto, como demonstraram os trabalhos de Waquil e Schneider (2001) e Kageyama (2005) é na região da Serra Gaúcha, onde se localiza o município de Veranópolis, que se encontra a agricultura familiar mais dinâmica e próspera do Rio Grande do Sul, enquanto nas demais regiões, como aquelas onde se localizam os municípios de Três Palmeiras (Alto Uruguai) e Salvador das Missões (Missões), se encontra a agricultura especializada na produção de *commodities* agrícolas.

Além da caracterização comparativa de algumas dimensões importantes da agricultura familiar, como estrutura fundiária e SAU (fator *terra*) e número de membros na família (fator *trabalho*), acredita-se que não se pode fazer uma análise consistente sem considerar o capital disponível pelos agricultores (fator *capital*). A Tabela 10 é reveladora da heterogeneidade também do fator capital para a agricultura familiar. De acordo com a pesquisa AFDLP – CNPq/UFRGS/UFPel-2003, enquanto o capital disponível médio em máquinas e equipamentos dos agricultores familiares de Veranópolis era superior a 41 mil reais, nos municípios de Três Palmeiras e Salvador das Missões era próximo à 22 mil reais. Ou seja, uma diferença de quase 100%.

⁹ O Consumo Intermediário (CI) é o valor dos insumos (produção animal, vegetal e transformação caseira) e serviços (máquinas, equipamentos, manutenção das instalações, luz, gás e água) adquiridos de outros agentes econômicos e destinados ao processo de produção do estabelecimento agrícola. São considerados intermediários por serem integralmente consumidos no decorrer do ciclo produtivo e, através do trabalho e dos demais meios de produção, transformados em produtos agrícolas.

Tabela 10: Estratos de capital disponível – CD (R\$) das unidades familiares nos municípios de Veranópolis, Três Palmeiras e Salvador das Missões (%).

Estrato de CD (R\$)	Veranópolis	Três Palmeiras	Salvador das Missões
Até 5 mil	15,3	22,0	20,7
5.001 a 10 mil	5,1	27,1	27,6
10.001 a 20 mil	17,0	22,0	17,3
20.001 a 30 mil	15,3	5,1	15,5
Mais de 30 mil	47,5	23,8	19,0
Total	100,0	100,0	100,0
CD médio (R\$)	41.265,10	22.896,03	22.402,79

Fonte: Pesquisa AFDLP – CNPq/UFRGS/UFPeL-2003

Não obstante à relativa homogeneidade entre o Capital Disponível¹⁰ (CD) médio entre Três Palmeiras e Salvador das Missões, observa-se uma distribuição mais simétrica dos agricultores entre os estratos, enquanto que no segundo caso há uma concentração maior nos extremos. Por outro lado, há nítida concentração dos agricultores de Veranópolis no estrato superior, acima de 30 mil reais, demonstrando que se tratam de agricultores com excelente capacidade instalada, apesar da comparativamente menor área explorada (SAU) e CI em relação aos demais municípios. Isso também vai ao encontro de outras pesquisas aqui citadas (Waquil e Schneider, 2001; Kageyama, 2005) que afirmam não haver determinações no sentido de que uma maior disponibilidade de fatores de produção – terra, trabalho e capital – resulte, necessariamente, em uma agricultura familiar e desenvolvimento rural mais dinâmicos. Não se pode desconsiderar as características das economias locais e como estas influenciam a tomada de decisões dos agricultores, seja fortalecendo a especialização ou a diversificação produtiva e mesmo em relação às situações de autonomia e dependência de fatores naturais (climáticos) ou de mercado (preços das *commodities*, insumos, serviços, etc.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho buscou-se evidências que retratassem a existência de dinâmicas diferenciadas de desenvolvimento e suas interfaces com a agricultura familiar. Embora as regiões investigadas apresentem semelhanças históricas importantes, como estrutura fundiária, colonizada por descendentes de europeus, principalmente italianos, alemães e poloneses, instalação de uma agricultura bastante diversificada entre outros aspectos, ao longo de sua trajetória observou-se uma diferenciação que não pode ser

¹⁰ Capital Disponível (CD) consiste na soma do valor dos recursos produtivos e tecnológicos disponíveis no estabelecimento agrícola, ou seja, a soma do valor das máquinas, equipamentos, construções e animais (excluindo o valor da terra).

desconsiderada ou tomada como algo evolutivo, do tipo da necessária passagem de uma condição à outra. Em relação à agricultura familiar isso seria o mesmo que afirmar da passagem obrigatória de uma relativa autonomia para uma total dependência.

Os dados empíricos apresentados demonstram justamente que a agricultura familiar não é homogênea e passível de generalizações quanto às suas dinâmicas e estratégias, suas formas de inserção nos mais diversos mercados e estrutura produtiva. Neste sentido, parece não haver um caminho único para o fortalecimento do desenvolvimento rural. O que há, certamente, é uma diversidade empírica que não pode ser negligenciada ou tratada como uma exceção que confirma regra, qual seja, a da standartização das atividades e processos produtivos nos meio rural. Por fim, os dados empíricos demonstram a existência de estilos ou tipos de agricultura que, apesar de algumas semelhanças, possuem características distintas em cada uma das regiões investigadas. O que antes era uma espécie de *tabu* para as ciências sociais, conforme afirma Ploeg (1986) agora se cristaliza como uma das mais importantes ferramentas analíticas das análises sobre as transformações e mudanças da agricultura e do meio rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo/Rio de Janeiro/Campinas: HUCITEC/ANPOCS/UNICAMP, 1992.

ALONSO, J. A. F.; BANDEIRA, P. S. Considerações metodológicas sobre a divisão regional. In: ALONSO, J. A. F. et al. **Crescimento econômico da região Sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1994.p.213-227.

BANDEIRA, P. Origens, evolução e situação atual das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul. In: GONÇALVES, M. F; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, C. A. (orgs). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Editora Unesp; ANPUR, 2003, p. 519-548.

CHAYANOV, A. **Las organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Editora: Nueva Vision, 1974.

ENSAIOS FEE. **Sistemas Industriais Localizados**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, ano 14, nº 1, 1983.

FRIEDMANN, H. Simple Commodity Production and Wage Labour in the American Plains. **Journal of Peasant Studies**, London, v.6, n. 1, p. 71-100, 1978a.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. 25 anos de economia gaúcha. Vol. 3. **A agricultura do Rio Grande do Sul**. 2ª ed. Porto Alegre, 1982.

GUILHOTO, J. M. et al. **Agricultura Familiar na Economia – Brasil e Rio Grande do Sul**. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. (Estudos NEAD, 9).

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento Rural no Rio Grande do Sul. Trabalho apresentado no **I Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural**. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural - PGDR - Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural – GEPAD. Porto Alegre, 24 e 25 de novembro de 2005.

LLAMBI, L. Las unidades de producción campesina en el sistema capitalista: un intento de teorización. *Estudios rurales latinoamericanos*, Vol. 4, nº 2, 1981.

LONG, N. Commoditization: thesis and antithesis. In: LONG, N.; et al. **The commoditization debate: labor process, strategy and social network**. Netherlands, Agricultural University of Wageningen, 1986, p. 8-23.

MARSDEN, T. **The condition of rural sustainability**. Wageningen (Netherlands): Van Gorcum, 2003.

MARTINS, J. de S. **O cativo da terra**. 3ª ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979. 157p.

_____. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis, Editora Vozes, 2002.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. São Paulo: USP, Instituto de Estudos Avançados. **Revista Estudos Avançados**, v. 16, n. 44, dezembro de 2001.

_____. Do ‘mundo da roça’ ao mercado: mudanças recentes e o desenvolvimento agrário no Sul do Brasil. Brasília: NEAD, **Relatório de pesquisa**, 2002.

REIS, J. Território e sistemas produtivos locais: uma reflexão sobre as economias locais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n25/26, 1988.

_____. **Os espaços da Indústria. A regulação econômica e o desenvolvimento local em Portugal.** Portugal: Edições Afrontamento, 1992.

ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Globo, 1969. 2v.

SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil.** Pelotas, EGUFPEL, 2003.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e Industrialização. Pluriatividade e Descentralização Industrial no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2ª Edição, 1999.

_____. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar.** Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A. Transformações Agrárias, Tipos de Pluriatividade e Desenvolvimento Rural: considerações a partir do Brasil. In: NEIMAN, G.; CRAVIOTTI, C. (orgs.). **"Entre el campo y la ciudad. Desafíos y estrategias de la pluriactividad en el agro"**. Ediciones CICCUS. Buenos Aires, 2005.

WAQUIL, P. D. & SCHNEIDER, S. Caracterização socioeconômica dos municípios gaúchos e desigualdades regionais. **Revista de Economia e Sociologia Rural.** V. 39, 2001, n. 3, p. 117-142, jul/set.

VAN DER PLOEG, J. The agricultural labour process and commoditization. In: LONG, N. et al. **The commoditization debate: labor process, strategy and social network.** Netherlands, Agricultural University of Wagening, 1986, p. 24-57.

_____. **Labor, Markets, and Agricultural Production.** Boulder, San Francisco, & Oxford: Westview Press, 1990.

_____. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMAN, E. S. (Ed.) **Ecología, Campesinato y Historia.** España: Las Ediciones de La Piqueta, 1992.

_____. Revitalizing Agriculture: farming economically as starting ground for rural development. **Sociologia Ruralis,** 40 (4), 2000, p. 497-511.

VAN DER PLOEG, J. D. et. al. Rural Development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis,** Netherlands, 40 (4): 391-407, 2000.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.